



Revista Katálýsis

ISSN: 1414-4980

kataly@cse.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

Barcellos, Gilsa Helena

Mulheres e lutas socioambientais: as intersecções entre o global e o local

Revista Katálýsis, vol. 16, núm. 2, julio-diciembre, 2013, pp. 214-222

Universidade Federal de Santa Catarina

Santa Catarina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=179629354007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Mulheres e lutas socioambientais: as intersecções entre o global e o local

Gilsa Helena Barcellos

Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (Emescam)

Mulheres e lutas socioambientais: as intersecções entre o global e o local

Resumo: O presente artigo, resultante de uma pesquisa bibliográfica, busca discorrer sobre como a questão ambiental, conduzida por interesses hegemônicos globais capitalistas, acentua desigualdades sociais e de gênero, e afeta a vida de populações locais, de diferentes partes do planeta. Ao mesmo tempo, aborda como a degradação ambiental compromete de forma particular a vida das mulheres e de como estas traçam os seus processos de resistência por meio da construção de movimentos e de lutas socioambientais. Possibilita observar que, apesar das diferenças culturais e distâncias geográficas, mulheres africanas, asiáticas e latino-americanas aproximam-se em ações de enfrentamento à degradação ambiental conduzida por projetos desenvolvimentistas/industriais em seus territórios.

Palavras-chave: Questão ambiental. Mulheres. Lutas socioambientais. Projetos de desenvolvimento.

Women and Socio-Environmental Struggles: the intersections between the global and the local

Abstract: This article is the result of bibliographic research and discusses how the environmental issue, led by hegemonic global capitalist interests, accentuates social and gender inequalities, and affects the life of local populations in different parts of the world. It also looks at how environmental degradation compromises the life of women in particular and how they plot their resistance by constructing socio-environmental movements and struggles. It allows observing that despite cultural differences and geographic distances, African, Asian and Latin American women come together in actions to confront environmental degradation led by industrial and developmental projects in their territories.

Keywords: The environmental issue. Women. Socio-environmental struggles. Development projects.

Recebido em 15.03.2013. Aprovado em 20.06.2012.

Introdução ao tema

Chama a atenção, em especial nas últimas décadas, a forte presença das mulheres em movimentos e lutas relacionados à problemática ambiental. Essa presença se faz de diversas formas em níveis local, regional, nacional e internacional. O Brasil, particularmente nos últimos anos, tem registrado importantes eventos de caráter socioambiental protagonizados por mulheres, a exemplo da Via Campesina, quando, no do Dia Internacional da Mulher, milhares de mulheres ligadas a esse movimento saem às ruas, clamando por justiça ambiental.

A primeira grande marcha, registrada pela imprensa nacional e internacional, ocorreu em 8 de março de 2006, quando duas mil mulheres ocuparam um viveiro de mudas de propriedade da empresa Aracruz Celulose S. A. (Arcel), no Rio Grande do Sul. Segundo as líderes do movimento, o objetivo principal foi chamar a atenção da sociedade brasileira para os desastres socioambientais produzidos pelas monoculturas, em especial aquelas para fins de produção de celulose.

Um grande latifúndio de um milhão de hectares plantados com eucaliptos e pinus no Rio Grande do Sul não vai produzir alimentos, vai alterar as condições de umidade em todo o Rio Grande do Sul, mudando o regime de chuvas e aumentando as secas. Os grandes prejudicados serão os pequenos agricultores de todo o estado e os consumidores de alimentos [...]. Os interesses de seis grupos grandes investidores financeiros capitalistas não podem se sobrepor aos interesses de toda a sociedade que tem o direito a um ambiente saudável, garantido na própria Constituição Federal [...]. Somos contra os desertos verdes, as enormes plantações de eucalipto, acácia e pinus para celulose, que cobrem milhares de hectares no Brasil e na América Latina [...]. Onde o deserto verde avança, a biodiversidade é destruída, os solos deterioram, os rios secam, sem contar a enorme poluição gerada pelas fábricas de celulose que contaminam o ar, as águas e ameaçam a saúde humana (O LATIFÚNDIO, 2006, p. 29-30).

Parte expressiva da mídia brasileira reagiu à ocupação do viveiro, nominando a ação de “vandalismo, selvageria, barbárie, agressão à ciência, destruição de pesquisas, ato animalesco, ação criminosa, violência contra o progresso etc., etc., etc. E exigiam punição imediata e exemplar [das ativistas]”. Foram, ainda, acusadas de ser contra o desenvolvimento econômico, “antiprogresso, inimigos da ciência” (O LATIFÚNDIO, 2006, p. 26).

As mulheres da Via Campesina responderam às acusações, afirmando que a monocultura de eucalipto de larga escala se traduz em aridez e morte: diversidade e fertilidade = expressão de vida; monocultura e desertificação = expressão de morte.

No dia Internacional da Mulher, 8 de março de 2006, o Brasil assistiu – em parte sem entender – a uma batalha histórica: a batalha entre a fertilidade e a aridez, entre a vida e o deserto, entre a dureza do lucro sem escrúpulos e a ‘ternura das mães’ [...]. As mulheres representam o que há de mais avançado e de mais perfeito na evolução da vida e da natureza: a fertilidade e a reprodução da vida humana. A mulher reproduz em seu ventre a forma mais complexa de vida que existe na natureza, a vida humana, consciente, inteligente, variada, diversa e sem repetição (O LATIFÚNDIO, 2006, p. 26).

Diante do discurso adotado, elas poderiam ser acusadas de essencialistas quando ressaltam aspectos biológicos para defender sua legitimidade na luta ambiental, reforçando estereótipos que compõem a base da subordinação sexual (BARCELLOS; FERREIRA, 2007). Contudo, alerta Kaplan (2001, p. 29, tradução nossa) que se as mulheres “[...] têm a obrigação – como mães fazem em muitas sociedades – de alimentar, vestir, alojar e criar suas famílias e comunidades, elas também têm os direitos que essas obrigações necessariamente acarretam”. E acrescenta:

Os mesmos estereótipos que ligam mulheres à natureza e impedem o avanço de mulheres como indivíduos e como cidadãs às vezes impulsionam mulheres a agir como mães com direitos adicionais. Paradoxalmente, ao aceitar e explorar as contradições de identidades coletivas como mães, como ativistas de base, frequentemente, ganham legitimidade como mulheres e como cidadãs. Explorando o fato de como a maternidade se relaciona ao bem-comum, levantam perguntas sobre conceitos, por exemplo, de como ‘os direitos humanos’ têm se desenvolvido fora da comunidade legal (KAPLAN, 2001, p. 29, tradução nossa).

É no mínimo instigante observar que, numa sociedade patriarcal, os mesmos estereótipos que conectam mulheres à natureza, buscando subalternizá-las, dão-lhes legitimidade para travar importantes lutas socioambientais.

Observa-se, entretanto, que o tom do discurso adotado pelas lideranças da Via Campesina ao invés de expressar uma concepção teórico-política de cunho essencialista, constituiu-se no que Suryakusuma (*apud* TSING, 1997) denominou de “essencialismo global útil”, ou, ainda, de acordo Tsing (*apud* STURGEON, 1997), “ecofeminismo estratégico”. Ou seja, forma uma estratégia de enfrentamento à mídia, com vistas a sensibilizar a sociedade brasileira para a problemática ambiental produzida pelo monocultivo de eucalipto.

As mulheres camponesas realizaram um ato heroico em defesa da vida, em defesa da terra, em defesa do meio ambiente, em defesa do desenvolvimento sustentável. Um ato político em defesa dos seus direitos e dos princípios que defendem. Um ato para abrir uma caixa preta, para debater um processo de concentração de terra e agressão ao meio ambiente feito às escondidas sem debate público. Um ato para quebrar o bloqueio da mídia domesticada pelo grande capital e debater os projetos dos desertos verdes em fase avançada de implantação (OLATIFÚNDIO, 2006, p. 28).

Ações como as realizadas pelas mulheres camponesas no Rio Grande do Sul explicitam que a problemática ambiental e a privatização da terra¹ são também “coisas de mulher” (BARCELLOS; FERREIRA, 2007). Nas últimas três décadas, como afirmam Rowbotham e Lonkogle (2001), há a emergência de organizações de base de mulheres nas quais elas participam de forma expressiva, em especial quando se referem às questões sobre a violência, saúde e meio ambiente. De acordo com Kaplan (2001, p. 29, tradução nossa), “muitas mulheres não feministas legitimam suas atividades de perseguição do bem-comum, identificando-se como mães. Na maioria das culturas, isso significa que elas são responsáveis por preservar a saúde dos seus filhos, para o que elas necessitam de um ambiente seguro.” Isso quer dizer que, “se esse ambiente começa a agredir os seus filhos², muitas mulheres atuarão.” Observa a autora que:

Crises como a morte ou uma doença grave de uma criança, um acidente químico ou nuclear, ou a ampla incidência de abortos [involuntários] às vezes inflamam mulheres, que entram em movimentos na condição de mães. Esse papel legitima seu confronto com funcionários públicos ou gerentes de empresas privadas. Quase todas as culturas têm alguma expressão sobre o que uma mãe pode fazer quando seu filho corre perigo. Quando ela se comporta em maneiras extraordinárias através de expressar sua raiva, não de forma invisível, mas para gerentes de corporações multinacionais ou para burocratas governamentais, ela pode normalmente ser desculpada por ser uma mulher ‘emocional’ ou ‘histérica’. Esses estereótipos, que ressoam na maioria das culturas, fornecem um espaço separado, a partir do qual grupos de mulheres podem se mobilizar, fora de canais políticos comuns (KAPLAN, 2001, p. 29, tradução nossa).

Ou seja, a maternidade lhes dá legitimidade para enfrentamentos de caráter mais radical, justificados pela garantia da integridade física daqueles que delas dependem.

Aspectos metodológicos

Este artigo tomou como base a tese de doutorado defendida em 2008, na Universidade Federal de Minas Gerais que teve como título *Desterritorialização e r-existência tupiniquim: mulheres indígenas e o complexo agroindustrial da Aracruz Celulose* (BARCELLOS, 2008).

O texto aqui apresentado é resultado de um esforço de transformação em artigo da pesquisa original de um dos capítulos teóricos da tese. O tema tratado representa uma exaustiva pesquisa bibliográfica nacional e internacional que trata da presença de mulheres, em particular no continente africano, em lutas socioambientais. Para a realização da pesquisa bibliográfica, adotaram-se como palavras-chave mulheres, lutas socioambientais, meio ambiente, projetos de desenvolvimento.

As fontes utilizadas foram livros e o material impresso e *on-line* oferecido pelas bases de dados SciELO e Lilacs e *sites* de organizações não-governamentais e de movimentos sociais. Assim, não foi necessário submeter este projeto a um Comitê de Ética em Pesquisa, por tratar-se de um estudo feito em fontes secundárias e de acesso público.

Mulheres diante da questão ambiental: estratégias cotidianas e organização social

De acordo com Rowbotham e Linkogle (2001, p. 1, tradução nossa), o agravamento da questão ambiental no cotidiano das mulheres e sua reação político-organizativa “têm se desenvolvido numa escala global” e sinali-

zam a voracidade da globalização econômica também sobre as mulheres em diversas partes do planeta. Para Kaplan, os chamados projetos de desenvolvimento articulados à modernização e à globalização têm, ao longo das últimas décadas, resultado em mudanças de papéis, *status* e bem-estar das mulheres em todo o mundo.

Uma combinação de guerras, depressão econômica, degradação ambiental, problemas de saúde e programas de desenvolvimento pobremente direcionados deixam populações em precárias condições (BARCELLOS; FERREIRA, 2007). Os programas de ajuste estrutural e os esforços de privatização, ditados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial, em especial nos países de economia periférica, levaram a reduções de investimentos em saúde, educação e bem-estar social. Tais impactos negativos incidem diretamente sobre a divisão sexual do trabalho. Contudo, a repercussão desses impactos pode se diferenciar dependendo da realidade que atingem. Por exemplo, “em áreas rurais da Ásia e da África, onde mulheres têm que viajar até 15 milhas para coletar lenha e água, as questões ambientais tomam formas diferentes” (KAPLAN, 2001, p. 31, tradução nossa) daquelas vividas por mulheres em áreas urbanas.

A Conferência Mundial de Mulheres, realizada em Pequim, 1995, anunciou que, já naquela época, 70% dos empobrecidos do mundo eram constituídos por mulheres da Ásia, África e América Latina, ou seja, esse modelo hegemônico de desenvolvimento escolheu as mulheres como uma das suas principais vítimas. As mulheres dos países de economia periférica são “as mais pobres entre os pobres”. De fato, do número estimado em 1,2 bilhões de pessoas vivendo em extrema pobreza nesses países, 59% são mulheres. Dentre os milhões de pessoas que morrem a cada ano devido à má-nutrição, muitas são mulheres e crianças do sexo feminino. Dois terços das mulheres sofrem de anemia e má-nutrição, e mais de um bilhão de pessoas, a maioria das quais são mulheres, têm dietas diárias deficientes (FRITH, 1995).

Um caso exemplar é o da África onde, a partir de 1960, com a implantação do projeto moderno de Estados-nação, de conteúdo desenvolvimentista, produziram-se alterações dramáticas na relação desses povos com o seu lugar e com a sua cultura. Houve um forte processo de reorganização e de controle do território – articulado a um processo de modernização – por parte do Estado. Em muitos casos, tribos inteiras foram transferidas para regiões distantes, e as mulheres, que historicamente estiveram ligadas à atividade agrícola e à coleta e à criação de pequenos animais, viram-se inseridas num contexto completamente estranho, o que gerou, nelas e no seu povo, profunda desestabilização cultural, política e econômica. Segundo Hitchcock, Johnson e Haney (2004, p. 166, tradução nossa), em Botswana³, por exemplo, as novas políticas desse projeto moderno afetaram profundamente a divisão sexual do trabalho e o *status* da mulher, contribuindo fortemente para o aparecimento da violência doméstica e para a exploração do trabalho feminino. Muitas foram inseridas no mercado formal de trabalho e transformadas em trabalhadoras assalariadas. Contudo, dizem os autores, “tem havido um esforço concentrado por parte de mulheres para promover os seus direitos em Botswana.”

Outro país é o Quênia, que mostra a emergência das questões de gênero e a problemática ambiental, ao mesmo tempo em que fala da capacidade organizativa e de luta das mulheres na África. A criação da Kiriri Women’s University of Science and Technology⁴, em 2002, soma-se a outras conquistas e movimentos importantes das mulheres quenianas. O caso do Green Belt Movement é um exemplo bem paradigmático da presença de mulheres na luta ambiental. Liderado por Wangari Maathai, o Green Belt lançou, ainda em 1977, um programa rural de plantação de árvores que, segundo Kaplan (2001), com muita competência, articulou a questão ambiental à luta por reformas democráticas no país. A experiência do Green Belt foi transportada para outros países:

O Movimento Cinturão Verde assumiu-se sempre como um programa de mulheres, e foi organizado através do Conselho Nacional da Mulher. O seu objetivo era o de resolver o problema de combustível nas zonas rurais, assim como prevenir a desertificação e a erosão do solo, rodeando cada aldeia com um “cinturão verde” de pelo menos mil árvores. [...] Em meados de 80 tinham sido criados 600 viveiros, que empregavam duas a três mil mulheres, e tinha-se plantado mais de um milhão de árvores (PUREZA; NUNES; MOURA, 2001, p. 8-9).

Esta estratégia estendeu-se a vários países africanos e foi adotada em versão urbana nos Estados Unidos. A Ásia é outro continente palco de resistência das mulheres aos impactos do projeto moderno de desenvolvimento pelas mulheres. Destaca-se o Movimento Chipko, em Garhwal, no estado de Uttar Pradesh, nos Himalaias indianos, onde há uma forte tradição da população local de relação com as suas florestas, seja para a sua subsistência, seja para as suas atividades religiosas e culturais (PUREZA; NUNES; MOURA, 2001). Ainda que não seja um movimento específico de mulheres, pois muitos homens assumem lideranças fortes da luta em Garhwal, a imagem de mulheres abraçando árvores, para impedir o seu corte pelos madeireiros, circulou pelo mundo, em meados de 1970. A organização do Movimento Chipko foi motivada inicialmente por questões muito específicas de uma determinada localidade, para impedir a destruição da floresta⁵ de onde retiravam lenha, nozes, frutas e outros recursos. Contudo, segundo algumas autoras, como Shiva (1991), Garb

(1997) e Agarwal (1997), as mulheres, por terem funções muito ligadas à floresta, acabaram por assumir um papel importante na condução dessa, ampliando o seu raio de ação, quando “protestaram contra a exploração comercial das florestas do Himalaia, não apenas junto com os homens de sua comunidade, mas também em determinadas ocasiões até contra os homens, revelando diferentes prioridades no uso dos recursos” (AGARWAL, 1997, p. 210, tradução nossa). As mulheres justificavam que as *plantations* de eucalipto e pinheiros davam trabalho para alguns aldeões, mas não satisfaziam as necessidades das mulheres, que se ocupavam dos cultivos e precisavam das árvores para combustível e de suas folhas para forragem dos animais (PUREZA; NUNES; MOURA, 2001).

O êxito do movimento registrou-se quando o governo indiano proibiu, mesmo que temporariamente, o corte de árvores nas montanhas do Himalaia e apoiou o plantio de árvores nativas para conter a degradação ambiental.

Outra experiência de organização de mulheres indianas ocorreu em Bihar, que, de acordo com Srinivasan (2001), possui um sistema patriarcal no qual mulheres são confinadas à esfera privada, com registros de acontecimentos dramáticos, que vão desde o assassinato de meninas recém-nascidas a suicídios de mulheres. Por isso, a Adithi, uma ONG criada em 1988, busca articular às estratégias de autossustentação das mulheres o combate aos tabus patriarcais. Na sua pauta estão incluídas demandas de mulheres pescadoras, trabalhadoras da floresta, trabalhadoras rurais, mulheres da indústria de laticínios, artesãs caseiras e vendedoras ambulantes.

Com a intervenção da Adithi, as mulheres começaram a trabalhar de forma mais organizada. Passaram a utilizar plantas para a fixação de nitrogênio nos campos agricultáveis, como, também, as forragens das aves domésticas para adubo no lugar dos fertilizantes químicos. Conseguiram, depois de muita insistência, realizar a recuperação ambiental daquele ecossistema na perspectiva da “economia voltada para as pessoas que ainda é marcada por valores sociais costumeiros, em concordância com necessidades coletivas” (SRINIVASAN, 2001, p. 91, tradução nossa), em detrimento da lógica do proprietário, que é a acumulação. A luta das mulheres continua, agora, pelo direito à terra e pelo acesso a financiamentos.

A realidade das mulheres Santales também se constituiu *alvo* da atenção da Adithi. Os Santales são um povo tribal que perdeu suas terras e florestas para não tribais, entre eles, estrangeiros. Com o desmatamento, desapareceram os restos que se transformavam em húmus e fertilizavam o solo. De acordo com Srinivasan (2001 p. 88, tradução nossa), as mulheres – responsáveis pela agricultura, pelo combustível da comunidade e pelo artesanato – sentiram-se triplamente afetadas. Além de lidar com o solo desertificado, tinham que caminhar cada vez mais longe de suas casas para conseguir lenha e matéria-prima:

Nós somos um povo tribal, e uma vez éramos os posseiros orgulhosos de grandes áreas de florestas. Agora somos deserdados. Os industriais e empresas terceirizadas têm cortado nossas florestas. As chuvas têm parado, nossa terra virou estéril, nossos homens têm ido embora. Precisamos alimentar nossos filhos. Carregar coisas na cabeça é a única habilidade que temos, o único produto para o qual há mercado. Até para isso nós e nossas filhas andamos dez quilômetros carregando lenha – por apenas nove rupias para cada fardo. Qual é a nossa alternativa?

O objetivo da Adithi foi promover, com as mulheres Santales, atividades de recuperação da floresta e, ao mesmo tempo, garantir o seu direito sobre as terras recuperadas. Em 2001, Srinivasan registra que, em três anos, elas conseguiram plantar 500 acres de terra abandonados por particulares, em 15 vilas, com uma imensa variedade de espécies nativas de árvores. Uma das espécies é a do bicho-da-seda selvagem, o que lhes tem possibilitado a comercialização do produto em feiras de cidades grandes e no exterior. Todas essas ações possibilitaram elevar o nível de consciência das mulheres, além de fortalecer a sua organização. E, o mais importante, articulou-se, às lutas e ações de preservação e recuperação ambiental, a luta pela autonomia das mulheres. A politização da questão ambiental permitiu relacioná-la ao modelo de desenvolvimento adotado pelos países do Sul.

Na Guatemala, pequeno país da América Central, apesar de 20% das regiões de florestas se encontrarem protegidas pela legislação nacional, há um contínuo avanço de plantações de produtos agrícolas sobre territórios de populações locais, o que tem gerado muitos conflitos na região. Os indígenas e camponeses são os mais afetados porque são levados a habitar ecossistemas frágeis, carentes de serviços básicos. Contudo, mulheres indígenas têm buscado formas alternativas de manejo de recursos naturais em sistemas florestais. Por isso, na região de Huehuetenango, mulheres indígenas kanjobais organizam-se em uma associação de mulheres com o objetivo de manejar os recursos naturais através do Programa de Incentivos Florestais, apoiado pelo Instituto Nacional de los Bosques (INB), órgão do governo guatemalteco. Desde que iniciaram o projeto, já reflorestaram 143 hectares e têm realizado o manejo de 246 hectares, por sistemas de regeneração natural (CARRERE, 2005).

Pinçar experiências de mulheres em países do capitalismo periférico tem como intuito explicitar o seu papel ativo diante das investidas de projetos desenvolvimentistas. Contudo, é importante observar que as suas

implicações não recaem somente sobre mulheres que vivem nessa geografia. *O Relatório Nacional sobre as Características Raciais e Socioeconômicas de Comunidades com Lixo Tóxico*, publicado em 1987, nos Estados Unidos, e citado por Kaplan (2001, p. 39, tradução nossa), parece bem ilustrativo, quando registra, a que “um terço de todos os negros, latinos e indígenas que vivem em território americano estão a menos de 50 milhas de um despejo de lixo tóxico”.

Para Smith (2005), enquanto as populações marginalizadas sofrem com a degradação ambiental, outros sujeitos continuam negando esses efeitos destrutivos. De acordo com a autora, um estudo realizado pela United Church of Christ sobre racismo ambiental, denominado *Toxic Wastes and Race*, nos Estados Unidos, apontou raça/etnia como uma variável significativa na localização de empreendimentos comerciais para lixo perigosos.

As terras de índios americanos são particularmente um ponto focal na luta por justiça ambiental. Não é acidental que virtualmente toda produção de urânio aconteça em ou próxima a terras indígenas. Tampouco é coincidência que mais de 50 reservas indígenas têm sido alvos de despejos de lixo. Testes nucleares e militares também acontecem quase exclusivamente em terras indígenas. A radiação de 50% dos testes nucleares realizados no subsolo tem vazado para a atmosfera (SMITH, 2005, p. 58, tradução nossa).

Cita Smith que, em áreas onde o urânio é explorado nos Estados Unidos⁶, as mulheres, em particular, enfrentam altos índices de câncer, aborto espontâneo e deformações fetais. Homens e mulheres que cresceram em Four Corners desenvolveram câncer no ovário e nos testículos 15 vezes mais do que a média nacional. Mulheres indígenas de Pine Ridge experimentam abortos espontâneos seis vezes mais do que a média nacional. E mais, “Na reserva Akwesasne Mohawk em Nova Iorque, uma das áreas mais poluídas do país, os PCBs, DDT, Mirex e HCBs estão sendo despejados nas suas águas e armazenados no leite materno das mulheres” (SMITH, 2005, p. 67, tradução nossa).

Cook (*apud* SMITH, 2005, tradução nossa), parteira Mohawk, argumenta que violações à natureza também constituem violações aos corpos de mulheres indígenas. De acordo com a National Wildlife Federation (*apud* SMITH, 2005, p. 64, tradução nossa), em seu relatório denominado *Toxic Chemicals Threaten Our Children and Our Future*, as substâncias tóxicas são “geralmente armazenadas em gorduras e, durante a gravidez e amamentação, é metabolizada, expondo crianças ainda não-nascidas e recém-nascidas, nas suas fases mais vulneráveis de desenvolvimento, a esses produtos.”

Em 2002, um estudo sobre controle de doenças apurou que o governo dos EUA subestimou o impacto de outra toxina ambiental – a poluição por radiação – sobre comunidades nativas, porque pesquisadores não consideraram o alto consumo de peixe dessa população: “Intoxicação por radiação pode ter relação com os índices astronômicos de lupus, uma desordem do sistema de imunidade entre mulheres Nez Perce que vivem perto do Rio Colômbia, no estado de Washington” (SMITH, 2005, p. 65, tradução nossa). De acordo com a autora, na atualidade, a incidência de lupus entre mulheres Nez Perce é cinco vezes maior do que entre outras mulheres indígenas.

Diante de tantos impactos ambientais, povos indígenas, com uma forte presença feminina, têm liderado algumas das mais significativas vitórias contra corporações multinacionais e governos nos Estados Unidos, por meio de construção criativa de coalizões, como a luta exitosa contra Kerr-McGee,⁷ em Oklahoma. Pamela Kingfisher, liderança indígena na luta contra a Kerr-McGee e membro da organização Americanos Indígenas para um Ambiente Limpo (NACE) desabafa: “E naquele momento, há mais ou menos um ano atrás, eu já havia começado a dizer que tudo que estamos fazendo é lutar. Eu estou tão desgastada. Eu preciso trabalhar para algo no qual eu acredito” (SMITH, 2005, p. 190, tradução nossa).

Vivenciada particularmente pelas mulheres afro-americanas, uma outra experiência ocorrida, na primavera do ano 2000, foi o movimento autodenominado Mães Organizadas para Parar Pecados Ambientais (Moses), que partiu de Winona, Texas, para marchar de uma comunidade contaminada para uma outra, cruzando os EUA. “Articulando sua luta pela sobrevivência a outras campanhas semelhantes, as mulheres de Winona estavam exigindo reparações por aquilo que tinham sofrido e declarando a injustiça ambiental como um abuso aos direitos humanos que precisa ser enfrentado” (KAPLAN, 2001, p. 28, tradução nossa).

... os impactos dos projetos de desenvolvimento têm levado mulheres do mundo inteiro a protagonizar lutas dos mais variados tipos, buscando defender a preservação dos seus ecossistemas, a integridade física de suas famílias e o respeito às suas culturas.

Mulheres de diferentes lugares – atuando na sua capacidade como donas de casa e mães que perseguem a saúde e a segurança das suas famílias e comunidades – têm alertado o planeta sobre os perigos dos testes nucleares e têm lutado pela preservação dos ecossistemas dos quais dependem. Kaplan (2001, p. 31, tradução nossa) observa que essas mulheres enfrentam interesses que colocam lucros privados acima da necessidade humana: “mulheres comuns desenvolvem a força para denunciar corporações em nome do bem-estar público, colocando a necessidade social acima das exigências da propriedade privada.”

Apesar de conhecimentos e de práticas de preservação ambiental não serem, de maneira alguma, exclusivos às mulheres, a divisão sexual do trabalho, articulada a aspectos culturais, na maioria das vezes, localiza muitos deles no domínio feminino. Esse lugar reservado às mulheres torna-as sujeitos atentos quando se trata da problemática ambiental. Contudo, a forte presença feminina nas lutas ambientais tem sido alvo de análises com forte viés essencialista, quando buscam tornar iguais diferentes mulheres, universalizando experiências locais e produzindo, artificialmente, uma uniformização de realidades e sujeitos bastante distintos. Mais ainda, a leitura essencialista toma os aspectos biológicos como a base da justificativa da relação gênero – homem, mulher – e natureza.

De acordo com Escobar (1999, p. 5, tradução nossa), diferentes modos de vida incorporam regimes de articulação do histórico e do biológico, significativamente diferentes, ou seja, estabelecem regimes de natureza distintos: “a natureza é experienciada diferentemente de acordo com a posição social de cada um e é produzida diferentemente por diferentes grupos ou em diferentes períodos históricos.” A leitura a-histórica da natureza essencializa a mulher, despolitizando a sua luta para o enfrentamento da problemática ambiental. Mais ainda, o uso da natureza como um argumento ideológico de perfil biologizante constitui um dos fundamentos para a justificativa e a reprodução de preconceitos tais como: machismo, racismo, homofobia, entre tantos outros exercitados vivamente no período contemporâneo.

Se por um lado são muitos os espaços de reprodução da leitura essencializadora das mulheres do Sul – ciência, técnica, publicidade, entre outros – que corroboram as tentativas de sua subalternização; por outro, observa-se que diante das dificuldades para o seu enfrentamento, muitos movimentos adotam-na como estratégia de legitimidade e fortalecimento de suas lutas. Ou seja, o que fragiliza a mulher pode, dependendo das circunstâncias, fortalecê-la para garantir importantes avanços e conquistas relacionados à questão ambiental. Dessa forma, muitos movimentos e organizações têm caminhado, traçando uma trajetória de enfrentamento aos impactos ambientais e desenvolvendo ações coletivas de preservação da natureza.

Considerações finais

O discurso da economia do desenvolvimento, de acordo com Escobar (2005), fez promessas sucessivas de riqueza através de uma intervenção ativa na área da economia a partir da década de 1950, planejando por toda a parte a era do desenvolvimento; a estabilização e as políticas de ajustamento nos anos 1980; e o “desenvolvimento de mercado amigável”, anti-intervencionista, para os anos 90.

Para a maior parte dos países de economia periférica, as transformações advindas do desenvolvimento foram pautadas por ideias de como o desenvolvimento deve proceder e sob que bases deve ser forjado. Seguindo essas premissas, a erosão da biodiversidade é vista, por muitos governos e corporações, como expressão do desenvolvimento.

A era do desenvolvimento, articulado a outros eventos como a globalização e o neoliberalismo, na contemporaneidade, tem colocado muitos desafios, entre eles o de se reforçar formas de subordinação sexual, que contribuem para aprofundar as desigualdades de gênero. Todavia, os impactos dos projetos de desenvolvimento têm levado mulheres do mundo inteiro a protagonizar lutas dos mais variados tipos, buscando defender a preservação dos seus ecossistemas, a integridade física de suas famílias e o respeito às suas culturas. Também têm atuado em redes na tentativa de se fortalecer politicamente. Ao mesmo tempo, têm desenvolvido experiências concretas de recuperação ambiental, na tentativa de conquistar autonomia e condições de subsistência dignas para si, sua família e comunidade. Diante das inúmeras iniciativas sociais, ambientais, econômicas e políticas, as mulheres têm ocupado mais o espaço público, buscando dar visibilidade às suas lutas. Os novos espaços são arenas para a sua ação política de busca por transformações sociais e justiça.

Referências

AGARWAL, B. Gender Perspectives on Environmental Action: Issues of Equity, Agency, and Participation. In: SCOOT, J. W.; KAPLAN, C.; KEATES, D. (Ed.). *Transitions, Environments, Translations: Feminisms in International Politics*. New York: Routledge, 1997, p. 189-225.

- BARCELLOS, G. H. *Violência física/sexual contra a mulher na relação conjugal: estudo de casos de violência conjugal denunciados às delegacias da mulher do Estado do Espírito Santo*. 1998. 219 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1998.
- _____. *Desterritorialização e r-existência tupiniquim: mulheres indígenas e o complexo agroindustrial da Aracruz Celulose*. 2008. 434 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.
- BARCELLOS, G. H.; FERREIRA, S. B. *Mulheres e eucalipto: histórias de vida e resistência*. Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais. Montevideu: WRM, 2007.
- CARRERE, R. *Women, Forests and Plantations: the Gender Dimension*. Montevideo: WRM, 2005.
- ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Tradução de Júlio César C. B. Silva. Buenos Aires: Clacso, 2005, p.133-168.
- _____. After Nature: Steps to an Antiessentialist Political Ecology. *Current Anthropology*, Chicago, v. 40, n. 1, p. 1-30, Feb. 1999.
- FRITH, K. T. Advertising and Mother Nature. In: VALDIVIA, A. N. (Org.). *Feminism, Multiculturalism and the Media: Global Diversities*. London: Sage Publications, 1995, p. 185-97.
- GARB, Y. Lost in Translation. In: SCOTT, J. W.; KAPLAN, C.; KEATES, D. (Ed.). *Transitions, Environments, Translation: Feminisms in International Politics*. New York: New York: Routledge, 1997, p. 253-84.
- HITCHOCK, R.; JOHNSON, M.; HANEY, C. E. Indigenous Women in Botswana: Changing Gender Roles in the Face of Dispossession and Modernization. In: HITCHOCK, R.; VIDING, D. (Ed.). *Indigenous Peoples Rights in Southern Africa*. Copenhagen: Iwgia, 2004, p. 166-83.
- KAPLAN, T. Uncommon Women and the Common Good: Women and Environmental Protest. In: ROWBOTHAM, S.; LINKOGLE, S. (Ed.). *Women Resist Globalization: Mobilizing for Livelihood and Rights*. London: Zed Books, 2001, p. 28-45.
- MEER, S. Que trabalhadores, que mulheres, que interesse? Raça, classe e gênero na África do Sul pós-apartheid. In: SANTOS, B. de S. (Org.). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Porto: Afrontamento, 2004, p. 225-57.
- O LATIFÚNDIO dos eucaliptos. *Informações básicas sobre as monoculturas de árvores e as indústrias de papel*. Porto Alegre: Via Campesina, 2006.
- PUREZA, J. M.; NUNES, J. A.; MOURA, T. *Projecto: conhecimento crítico e movimentos ambientalistas*. O ecofeminismo entre o Norte e o Sul. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2001. Mimeografado.
- ROWBOTHAM, S.; LINKOGLE, S. (Ed.). *Women Resist Globalization: Mobilizing for Livelihood and Rights*. London, New York: Zed Books, 2001.
- SHIVA, V. *Abrazar la vida: mujer, ecología y supervivencia*. Montevideo: Instituto del Tercer Mundo, 1991.
- SMITH, A. *Conquest: Sexual Violence and American Indian Genocide*. Cambridge: South End Press, 2005.
- SRINIVASAN, V. Adithi: Creating Economic and Social Alternatives. In: ROWBOTHAM, S.; LINKOGLE, S. (Ed.). *Women Resist Globalization: Mobilizing for Livelihood and Rights*. London, New York: Zed Books, 2001, p. 85-117.
- STURGEON, N. Strategic Environmentalisms. In: SCOTT, J. W.; KAPLAN, C.; KEATES, D. (Ed.). *Transitions, Environments, Translations: Feminisms in International Politics*. New York: Routledge, 1997, p. 285-291.
- TSING, A. L. Transitions as Translations. In: SCOTT, J. W.; KAPLAN, C.; KEATES, D. (Ed.). *Transitions, Environments, Translation: Feminisms in International Politics*. New York, London: Routledge, 1997, p. 253-72.

Notas

- 1 Nomsa Shongwe (2000 *apud* MEER, 2004, p. 252), registra que, em novembro de 1999, em Mupumalanga, África do Sul, as mulheres do campo marcharam nuas na rua principal de Beffelspruit, exigindo direito à terra, negado por um chefe local. Conforme uma das líderes da marcha: “Queremos mostrar-lhe os nossos estômagos vazios. A minha maior preocupação é com as crianças”.
- 2 Essa afirmação de Kaplan também pode ser observada quando se analisam mulheres em situação de violência doméstica no Brasil. Estudos comprovam que parte das mulheres só denuncia e rompe com a situação de violência quando esta coloca em risco a integridade física dos seus filhos (BARCELLOS, 1998).
- 3 Um pequeno país africano, considerado pelo Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), de 2002, como um país de desenvolvimento humano médio.
- 4 Fundada em maio de 2002, em Nairobi, é uma universidade não governamental que tem como objetivo popularizar a ciência entre mulheres africanas, já que nas seis universidades públicas existentes no Quênia, as mulheres representam apenas 28% dos alunos.
- 5 Para Pureza, Nunes e Moura (2001, p. 8), “o desaparecimento das florestas, em Garhwal, intensificou as inundações, as secas e a erosão do solo, conduzindo ao empobrecimento da população, uma vez que desaparecia a base de sobrevivência dos modos tradicionais (e sustentáveis) de vida. O Movimento Chipko reagiu aos critérios de exploração mercantil e de obtenção de benefícios a curto prazo, veiculados pela exploração de propriedade comunal por parte de interesses privados.”
- 6 Cita *Four Corners* (onde as fronteiras de Utah, Arizona, Novo México e Nevada se encontram) e a região de Black Hills, em Dakota do Sul, onde se localizam reservas indígenas, como a de Pine Ridge.

- 7 Kerr-McGee é uma empresa que instalou em terra indígena uma fábrica para extração de urânio, usando o lixo radioativo para fazer fertilizantes. Ela conseguiu permissão junto ao governo americano para usar esses fertilizantes numa área de criação de gado de 15 mil hectares no estado de Oklahoma. Um único estudo realizado sobre a situação do gado nessa área mostrou que 10% estavam com crescimentos cancerígenos. Um sapo com nove pernas foi descoberto numa lagoa próxima. Esses efeitos foram considerados “normais” por Kerr-McGee (SMITH, 2005).

Gilsa Helena Barcellos

gilsahb@terra.com.br

Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Professora do Departamento de Serviço Social e do Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local na Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (Emescam/ES)

Emescam – Departamento de Serviço Social

Av. Nossa Senhora da Penha, n. 2190

Santa Luzia

Vitória – Espírito Santo – Brasil

CEP: 29045-402